

GUILHERME VALLE [FOTO]

Entenda as conquistas, as promessas e as demandas em aberto após o fim das paralisações **p.8 e 9**

ENTREVISTA

A primeira professora surda da USP

Quem é Sylvia Lia, docente de Libras da Faculdade de Educação **p.3**

EM PAUTA

Provão pode tornar a USP ainda mais paulista

Vestibular estadual é a nova maneira de ingresso na Universidade **p.4 e 5**

CIÊNCIA

Por quais águas navegam os navios do Instituto Oceanográfico?

Embarcações passaram por controversa terceirização de funcionários **p.13**

UNIVERSIDADE

Movimento estudantil em disputa

Greve evidencia conflito entre correntes e tendências políticas **p.12**

ESPORTES

Do planejamento às quadras

Organização dos jogos universitários é extensa, cara e pode durar um ano inteiro **p.15**

Nesta edição: suplemento **claro!**



Diversidades e ausências

CHRISTIANE SILVA PINTO *

EDITORIAL

O dia em que o JC parou

Em setembro e outubro, a Universidade de São Paulo parou. A greve geral, motivada principalmente pela falta de professores – assunto tratado constantemente em edições anteriores do JC –, alastrou-se por todos os campi da capital. Para além da contratação de docentes, a greve também buscava melhorias na permanência estudantil e defendia a ideia de uma universidade mais plural e inclusiva.

Não foi só a USP que parou, mas o próprio JC. As atividades do Jornal também foram interrompidas. Após intenso debate interno e muitas manifestações em contrário, acatamos a decisão da assembleia da ECA que votou pela paralisação das atividades da publicação enquanto durasse a greve.

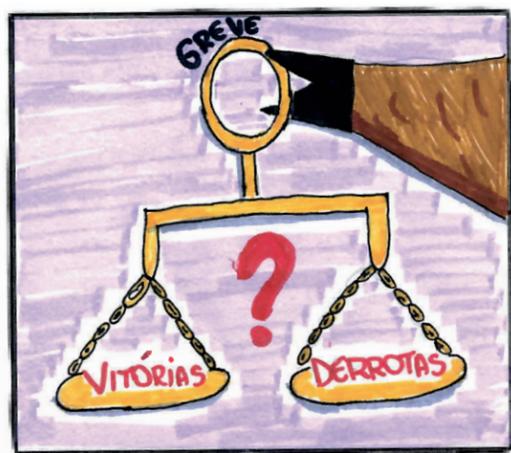
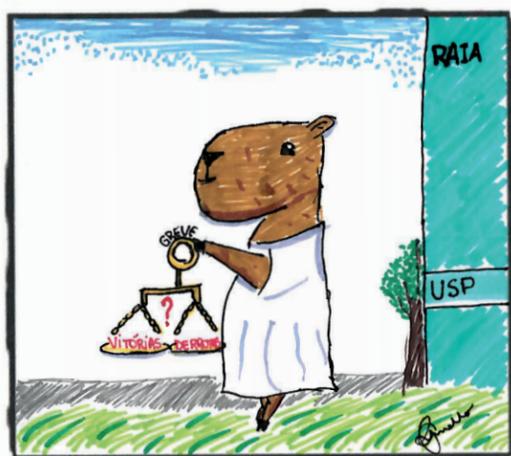
Agora, o JC retorna com o seu objetivo ainda mais forte: ser um jornal produzido por estudantes, mas que busca atender a toda a comunidade USP, um jornal que pergunta: o que está sendo feito para atender às demandas da universidade? Para responder essa dúvida, o JC em sua edição 537 apresenta os desdobramentos de uma das mais amplas greves estudantis que a USP já presenciou.

A edição aborda diversas pautas do movimento: oferta de três refeições nos bandejões no fim de semana, a promessa de criação de uma creche na Escola de Artes, Cênicas e Humanidades e, claro, a expectativa pela chegada dos futuros docentes. Questões como a falta de diversidade dentro do corpo docente, a (falta) de diversidade religiosa e dificuldades de acesso à universidade também estão presentes.

Entre os assuntos cotidianos, o JC entrevistou a professora Sílvia Lia, da Faculdade de Educação, para saber como é a rotina da única professora surda da Universidade de São Paulo. Na editoria de esportes, há espaço para um raio X dos campeonatos esportivos universitários – o foco é como as atléticas se organizam para estes eventos. Já a crônica, na página final do jornal que você tem em mãos, traz luz aos trabalhadores noturnos, que fazem a segurança do campus quando ninguém mais quer estar na USP.

O jornalismo constantemente tem sua relevância contestada, mas momentos de crise nos lembram a importância de ter um canal de comunicação confiável. É isso que o JC busca ser para você, leitor ou leitora.

CHARGE



SIGA E PARTICIPE!



/jornaldocampus

JORNAL DO
CAMPUS

Universidade de São Paulo – Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior. **Vice-Reitora:** Maria Armanda do Nascimento Arruda. **Escola de Comunicações e Artes** – **Diretora:** Brasilina Passarelli. **Vice-Diretor:** Eduardo Monteiro. **Departamento de Jornalismo e Editoração** – **Chefe:** Luciano Guimarães. **Chefe Suplente:** Wagner Souza e Silva. **Jornal do Campus** – **Professores responsáveis:** Rodrigo Pelegrini Ratier, Luciano Guimarães e Wagner Souza e Silva. **Redação** – **Secretárias de Redação:** Laisa Dias e Melannie Silva. **Editoria de Arte** – **Editores:** Julia Magalhães e Thaís Helena Moraes. **Arte:** Ana Mércia Brandão, Clarisse Macedo, Gabriel Eid, Gabriel Tavares, Maria Trombini, Mariana Zancanelli, Yasmin Araújo. **Editoria de Fotografia** – **Editor:** Danilo Queiroz. **Fotógrafos:** Ana Mércia Brandão, Carolina Santana, Gabriele Luz, Guilherme Valle, Julia Magalhães, Laisa Dias, Laura Pereira Lima, Lívia Lemos, Lorena Corona, Maria Trombini. **Editoria Online e Redes Sociais** – **Editores:** Caroline Santana, Elaine Alves, Guilherme Castro Sousa, Ricardo Thomé, Maria Trombini. **Opinião/Diálogos** – **Editor:** Felipe Velames e Ricardo Thomé. **Repórteres:** Laisa Dias, Felipe Velames e Melannie Silva. **Entrevista** – **Editor:** Felipe Velames. **Repórteres:** Danilo Queiroz e Sofia Lanza. **Universidade** – **Editores:** Laura Pereira Lima, Marília Monitchele, Ricardo Thomé. **Repórteres:** Ana Mércia Brandão, Camilla Almeida, Clarisse Macedo, Guilherme Valle, Laura Pereira Lima, Lívia Lemos, Maria Trombini, Mariana Krunfli, Ricardo Thomé e Thaís Morimoto. **Em Pauta** – **Editora:** Gabriele Luz. **Repórteres:** Caroline Santana, Emanuel Benjamin, Guilherme Valle, Marília Monitchele, Nathalia Rodrigues, Yasmin Araújo, Sofia Lanza e Thaís Moraes. **Cultura** – **Editora:** Emanuel Benjamin. **Repórteres:** Caroline Santana, Elaine Alves, Gabriel Eid e Guilherme Castro. **Esporte** – **Editora:** Caroline Santana. **Repórteres:** Lorena Corona e Thaís Helena Moraes. **Ciência** – **Editor:** Osmar Neto. **Repórteres:** Clarisse Macedo, Maria Trombini e Mariana Krunfli. **Endereço:** Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 433, prédio 2, sala 19, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP 05508-020. Telefone: (11) 3091-4211. **Impressão:** Gráfica CS. O **Jornal do Campus** é produzido pelos alunos do 4º semestre do curso de Jornalismo Diurno, como parte das disciplinas Laboratório de Jornalismo: Jornal do Campus e Laboratório de Fotojornalismo.

* Christiane Silva Pinto é formada pela USP em Jornalismo, criadora do *AfroGooglers* e especialista em comunicação inclusiva

“Sem Libras, sem a língua de sinais, eu não existo”

Após quase 90 anos de fundação, Universidade abre as portas pela primeira vez a uma professora surda

DANILO QUEIROZ E SOFIA LANZA
[ENTREVISTA]

“Eu sou uma mulher, surda, ativista, que gosta de reivindicar e brigar pelos meus direitos”. É assim que se apresenta Sylvia Lia Grespan Neves, primeira professora surda da USP e ministrante da disciplina de graduação Educação Especial, Educação de Surdos e Libras, da Faculdade de Educação (FEUSP).

Quem lê essa frase pode pensar que Sylvia já nasceu forte, decidida e confiante em si. Mas nem sempre ela se viu assim. Como comenta a docente, o olhar de pessoas ouvintes lançados sobre seu corpo a fez muitas vezes se sentir insuficiente. “Meu sonho era ser escritora, mas certo dia uma professora me disse que eu não era capaz. Ali, ela eliminou a possibilidade que eu tinha de sonhar.” A escolarização básica, aliás, foi um processo doloroso. “No internato em que estudei, a gente era proibido de sinalizar, recebíamos castigos físicos se alguém nos visse, éramos sempre obrigados a oralizar.”

Após muitos outros julgamentos, ela decidiu ser uma professora diferente das que tivera. Foi a forma que encontrou de imaginar um futuro onde pessoas surdas ou ouvintes pudessem sonhar, mesmo que transpassados de limitações. Ela relata ainda que foi graças à Língua Brasileira de Sinais (Libras) que conseguiu recuperar sua autoestima. É assim que ela se comunica no dia a dia, inclusive na entrevista ao JC, realizada com o auxílio de uma intérprete.

Por utilizar a Libras como sua primeira língua, a professora, que também pesquisa acessibilidade linguística, avalia o quanto nossas sociedades associam a expressão oral como símbolo da cognição humana. Para ela, a língua de sinais não é apenas a representação visual das palavras, “Libras para mim é tudo. É minha vida. Foi a partir dela que eu consegui começar a existir, a viver. Não sei se você consegue imaginar a sua vida sem a língua portuguesa. Quem é você sem a língua que você fala? Sem a língua de sinais é como se eu não existisse”.

Libras para mim é tudo. É minha vida. Foi a partir dela que eu consegui começar a viver

Sylvia Lia

Sylvia Lia em entrevista ao JC, realizada em Libras



Na língua portuguesa, as três imagens significam: “Eu sou Libras”

Eu tinha conseguido porque eles viram a mim, Sylvia, para além de uma mulher surda, não como uma pessoa que falta algo ou é incapaz

Sylvia Lia

Foi graças ao concurso para a única vaga de docente da disciplina de Libras da FEUSP, realizado em ampla concorrência devido ausência de cotas destinada ao público PCD, que ela passou a ser vista como gostaria. “Quando a banca disse: ‘Parabéns Sylvia, você foi aprovada! A vaga é sua’, eu fiquei muito surpresa. Eu tinha conseguido porque eles viram a mim, Sylvia, para além de uma mulher surda, não como uma pessoa a quem falta algo ou é incapaz.”

Sua contratação foi uma grande conquista para a comunidade surda e ela espera abrir mais portas. Mas a Universidade de São Paulo muitas vezes ainda é inacessível para a professora. Os intérpretes que a acompanham, Amanda e Thiago, são terceirizados e só podem atuar no período das aulas, o que limita a participação da Sylvia em reuniões acadêmicas, eventos e palestras.

Diferentemente da falta de acessibilidade vivenciada nas reuniões com outros professores, a sala de aula é um ambiente de constante troca com os alunos, que estão convivendo e se comunicando com uma pessoa surda. “Eu penso que a minha presença aqui, a minha aula, tem o foco de fazer os alunos se imaginarem no futuro, como é dar aula e se deparar com alunos com vários tipos de deficiência? Como a gente proporciona para eles uma experiência educacional mais inclusiva, mais humana?”

Um dos impactos mais marcantes para ela foi uma apresentação na aula em que os alunos queriam chamar a atenção para pedir silêncio, e ao invés de utilizarem a voz, piscaram as luzes. “Não foi uma coisa que eu exigi, foi algo que eles foram pegando com o tempo.”

Para além das reflexões desenvolvidas nas salas de aula, Sylvia almeja mais, e encontra por aí, Brasil afora, pessoas, assim como ela, que imaginam um futuro onde pessoas com deficiência passam a assumir o protagonismo de suas vidas. “Eu ainda não estou satisfeita com onde eu cheguei. Minha história não termina aqui, é apenas o começo. Quem sabe algum dia eu não esteja por aí assumindo talvez, a direção da Universidade.”

▶ VESTIBULAR



Adesão ao Provão pode tornar USP mais “paulista”

Nova modalidade de ingresso tira vagas de acesso via Enem. “Apenas 16% dos alunos nas escolas públicas de SP fazem o exame nacional”, justifica PRG

CAROLINE SANTANA, EMANUELY BENJAMIM
E MARÍLIA MONITCHELE [REPORTAGEM]

A partir de 2024, a USP adotará uma nova forma de ingresso voltada aos alunos de escolas públicas de São Paulo: o Provão Paulista. Com a mudança, houve a redistribuição da oferta de vagas entre as modalidades já existentes — Fuvest e Enem-USP. Por determinação do Conselho Universitário, 70% das vagas devem ser preenchidas pela Fuvest, restando outros 30% para formas de seleção alternativas. De 2023 para 2024, o número de vagas oferecidas para alunos que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio caiu quase pela metade, saindo de 2.917 para 1.500 vagas (veja essa e outras alterações nos gráficos). As posições cortadas foram transferidas para o Provão Paulista.

De acordo com a Pró-Reitoria de Graduação (PRG), a nova forma de ingresso é uma tentativa de trazer mais alunos da rede pública estadual para os cursos da USP. “O Provão foi motivado por um dado bastante preocupante”, diz Aluisio Augusto Cotrim Segurado, pró-reitor de

Graduação. “Constatou-se que, dos 400 mil alunos do terceiro ano do ensino médio público do estado, somente 16% fizeram a prova do Enem”.

A partir do Provão Paulista, eles poderão entrar em universidades estaduais, como a Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) e as Faculdades de Tecnologia de São Paulo (Fatecs).

Para os alunos que estão no 1º ano do ensino médio, a prova será aplicada de forma seriada em 2023, 2024 e 2025. Já para os que estão cursando o último ano, a prova funcionará de forma semelhante ao Enem e poderá valer para o ingresso nas universidades em 2024.

Segundo a Pró-Reitoria de Graduação, os novos modelos de ingresso, como o Provão e o Enem-USP, são tentativas de ampliar e variar o perfil dos estudantes. “A ideia é que tenhamos maior diversidade financeira, étnico-racial e regional”, sintetiza Marcos Neira, pró-reitor adjunto de graduação.

“O Enem retorna com uma queda grande do número de inscritos, em função da pandemia e seus impactos na qualidade do ensino médio”

Amélia Artes, Fundação Carlos Chagas

A definição das formas de seleção, com a prioridade à Fuvest e ao Provão Paulista em detrimento do Enem, também poderá ter efeitos futuros no que diz respeito a diversidade regional nos campi da USP. Trata-se de duas formas de entrada que são aplicadas apenas no estado de São Paulo, enquanto o Enem é uma avaliação comum a todo o território nacional, sendo uma alternativa tradicionalmente mais econômica, capilarizada e conhecida nas escolas do Brasil.

Para Amélia Artes, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e doutora em educação, essa é justamente uma das vantagens do Enem, que foi criado para permitir que o aluno não precisasse se deslocar para diversos estados para pleitear uma vaga no ensino superior. “A partir de um único exame o aluno consegue acessar um conjunto de possibilidades, não importa a distância”, sintetiza.

Brenda Fernandes diz que nunca teria entrado na USP se não fosse pelo Enem. A aluna utilizou sua nota no Exame Nacional do Ensino Médio de 2020 para concorrer a uma vaga em

jornalismo. O plano inicial era cursar medicina, mas no fim, ela acabou optando por uma carreira na comunicação. Natural do Espírito Santo, Brenda explica que não poderia vir para São Paulo tentar uma prova como a Fuvest sem ter a certeza de que passaria no curso escolhido.

Atualmente, a USP oferece 11.147 vagas para 183 cursos de graduação. Além das disponibilizadas pela Fuvest, que teve mais de 114 mil inscritos para a última edição, há a reserva de outras 3.000 vagas, divididas entre o Enem-USP e o Provão Paulista. O primeiro foi aprovado pelo Conselho Universitário em novembro de 2022 como uma forma de ingresso que substituiu o Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Com a mudança, os alunos que entram na universidade utilizando a nota do Enem passaram a seguir o mesmo calendário de matrícula – dos ingressantes via Fuvest – e a USP tem controle sob a lista de espera.

O Enem-USP foi a alternativa escolhida por Laura Pas-

tene, estudante de Relações Públicas. “Eu tinha perdido o prazo de isenção de taxa da Fuvest e achava o valor muito alto. Era algo que eu não podia pagar na época”, explica. Em 2023, ano de ingresso de Laura, foram oferecidas 18 vagas em RP pelo Enem, nove em cada turno. “Fiquei desesperada porque a nota de corte da primeira chamada foi 751 e minha média era 750. Fiquei na lista de espera e acabei entrando”, lembra a estudante.

Neste ano, a disputa tende a ser ainda mais acirrada. O curso conta com 7 vagas via Enem, apenas 2 no noturno, período escolhido por Laura no ano anterior. A título de comparação, a Fuvest disponibilizará 50 vagas para Relações Públicas, que serão distribuídas entre os turnos matutino e noturno.

CAMINHO PARA A DIVERSIDADE

Embora tentativas de tornar o perfil dos estudantes da USP mais plural tenham surgido nos últimos anos, a universidade tem um histórico de atrasos na adoção de formas de ingresso e permanência que resultem em maior diversidade discente. Apenas em 2016, por exemplo, os primeiros candidatos selecionados pelo Enem passaram

a integrar os cursos da USP. Um atraso de seis anos, quando comparado à maioria das universidades brasileiras, que começaram a adotar o SiSU em 2009.

Foi somente em 2021, mais de 80 anos depois de sua fundação, que os alunos de escola pública se tornaram maioria no corpo discente. Isso aconteceu quase uma década depois da implementação da Lei de Cotas, que a USP foi uma das últimas do Brasil a adotar, dessa vez com atraso de quatro anos em relação às outras universidades públicas. “Naquele tempo se discutia se a implementação das cotas não iria piorar a qualidade dos cursos”, relembra Amélia.

No vestibular de 2023, pretos e pardos representaram 27% dos aprovados, longe da parcela de mais de 56% da população que se enquadra nessas categorias. Nas Universidades Federais, pretos, pardos e indígenas já somam 52% do alunado.

Se para pretos e pardos os índices estão aquém do esperado, no que se refere aos indígenas, eles são praticamente inexistentes. “Nós temos hoje o mesmo percentual de indígenas de antes de qualquer política de inclusão”, afirma Segurado. De

acordo com o Anuário Estatístico da USP, apenas 66 alunos da graduação pertencem ao grupo, enquanto na pós-graduação o número sobe para 78 e, no pós-doutorado, cai para 3.

A alternativa encontrada por instituições como a Unicamp e a Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) para diminuir desigualdades semelhantes foi a adoção do vestibular indígena, em que as questões abordam processos e conhecimentos compartilhados nas comunidades tradicionais.

Na USP, a implementação de um sistema parecido já foi aventada, mas sem resultados concretos. “Será discutido, mas com o cuidado necessário para garantir que não seja simplesmente um mecanismo de reserva de vagas que pode ser ineficiente, ou que não garanta a permanência dos alunos”, pondera o pró-reitor.

Nas outras universidades públicas no estado, o sistema é visto como um avanço, mas ainda demanda aprimoramentos. Membros do coletivo de estudantes indígenas da Unicamp sinalizam dificuldades de acesso aos locais de prova, por exemplo, que priorizam as capitais em detrimento do inte-

rior, onde vivem a maior parte dos povos indígenas.

Há outros problemas, como a escassa oferta de vagas e iniciativas de acolhimento e permanência. “Muitos cursos não queriam abrir vagas para o vestibular indígena mesmo depois de se tornar obrigatório”, relata Jeremias Akroá Gamella, estudante de arquitetura e membro da comunidade Taquaritiua (MA). “O bacharel em música, por exemplo, não fez isso até hoje”. Para Diwarian Pego, do povo tupiniquim, a falta de acolhimento por parte da universidade e seus alunos, motivada pelo racismo, é obstáculo para a permanência desses ingressantes.

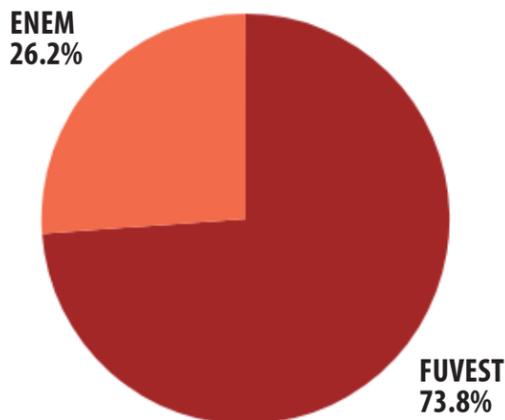
Amélia aponta que as instituições precisam se adaptar às diversidades culturais e aos novos públicos que estão ingressando no ensino superior. Seja com formas de ingresso mais inclusivas, auxílio na permanência estudantil ou na própria discussão sobre a bibliografia dos cursos. “Para que a gente democratize a universidade pública, devemos manter as políticas focalizadas. Precisamos que as universidades acolham e deem condições de pertencimento aos diferentes grupos”, sintetiza. “A chave para a educação é enfrentar a desigualdade”.

A ideia é que tenhamos maior diversidade financeira, étnico-racial e regional

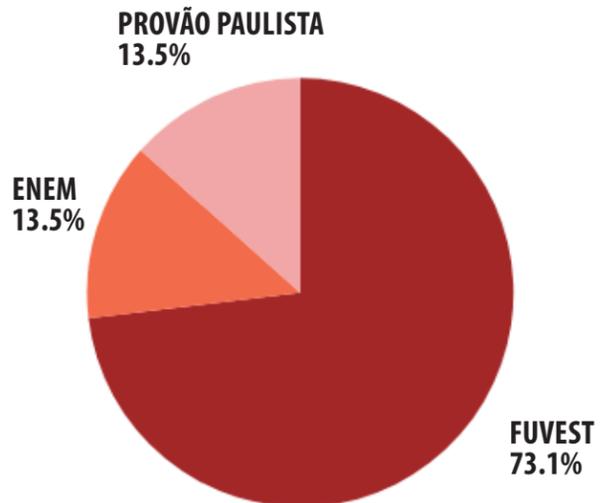
Marcos Neira, Pró-Reitor Adjunto de Graduação

MUDANÇAS COM O PROVÃO PAULISTA

COMO ERA EM 2023



COMO SERÁ EM 2024



VAGAS POR CURSO EM 2024

MEDICINA (INTEGRAL)



RELAÇÕES INTERNACIONAIS (VESPERTINO E NOTURNO)



PSICOLOGIA (INTEGRAL)



AUDIOVISUAL (INTEGRAL)



MEDICINA VETERINÁRIA (INTEGRAL)



PUBLICIDADE E PROPAGANDA (MATUTINO E NOTURNO)



- vagas pela Fuvest
- vagas pelo Enem
- vagas pelo Provão Paulista

- cada ícone equivale a 5 vagas em valores arredondados
- os cursos selecionados são os mais concorridos do Campus da capital

UNIVERSIDADE PÚBLICA

FECHANDO AS CONTAS

Proposta do Planejamento Orçamentário de 2024 será discutida em 12 de dezembro. Acompanhe quais são os critérios para a divisão do dinheiro entre as unidades

NATHALIE RODRIGUES, SOFIA LANZA E YASMIN ARAÚJO [REPORTAGEM]

O Planejamento Orçamentário anual universitário não está entre os documentos mais fáceis de compreender logo no primeiro contato. Na edição anterior, a reportagem do *Jornal do Campus* iniciou a tarefa de entender como as verbas arrecadadas pela Universidade de São Paulo são distribuídas entre os institutos e por que alguns valores são tão distantes entre si.

Antes de falar sobre a divisão, é importante compreender de onde vem esse dinheiro. O governo do estado arrecada o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do qual 9,57% é destinado às universidades estaduais, sendo 5,02% destinado somente à USP, compondo sua principal fonte de verba. Por não se tratar de um valor previsto com exatidão, a universidade elabora o Plano Orçamentário, com estimativas que se baseiam na expectativa de arrecadação para o ano seguinte, conforme as Diretrizes Orçamentárias estipuladas pela própria universidade.

O levantamento começa no início do ano em cada unidade. Entre abril e maio, cada instituto desenvolve uma proposta orçamentária junto a seus departamentos, que é apresentada em junho ao Conselho Universitário. Entre julho e dezembro, as unidades trabalham seus planejamentos em maior especificidade e, ainda em dezembro, a Coordenadoria de Administração Geral (CODAGE) apresenta a proposta das Diretrizes Orçamentárias para a Universidade como um todo, além do Planejamento anual. O trabalho é realizado com o apoio da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) e precisa passar pela votação do Conselho Universitário. Na Proposta de Distribuição Orçamentária de 2023 da USP, está previsto um repasse no valor de R\$ 331 milhões para a Poli, por exemplo. Já

para a FFLCH, sob os mesmos critérios de divisão, estão estimados em R\$ 338 milhões.

As regras de divisão do montante obtido são conduzidas por dois critérios iniciais: o demográfico e o espacial. Apesar de fazer parte do cálculo, a quantidade de alunos por unidade não é um critério direto para a divisão financeira, e a comparação entre as unidades pelo método que divide o montante destinado pelo número de alunos é equivocada, conforme explica Márcio Moretto, professor do curso de Sistemas da Informação da EACH e tesoureiro da Adusp.

Na soma, estão representados os gastos com o "Pessoal", subdivididos em ativos, aposentados e afastados, e "Outros gastos e Investimentos". A Escola Politécnica, unidade que figura entre as três faculdades com os maiores orçamentos da USP, tem uma comunidade de aproximadamente 8.800 pessoas. Sua área, só na Cidade Universitária, equivale a 152.525 m², e seus 15 departamentos estão distribuídos em 9 prédios.

A título de comparação, a FFLCH, segunda maior unidade de ensino do campus da capital, e também uma das que mais oneram o orçamento, mantém, de acordo com um levantamento de 2022, cerca de 17 mil pessoas entre alunos e colaboradores em uma área de aproximadamente 89.000 m².

Além dos critérios demográficos, a manutenção predial também entra na conta. A verba destinada a essa atividade é proporcional à área construída das unidades e a fatores como a "idade dos prédios, o tipo de construção, a intensidade de uso do edifício", conforme as Diretrizes Orçamentárias de 2023. Responsáveis por arcar pelas obras, as unidades podem realizar os serviços diretamente ou por meio da Superintendência do Espaço Físico (SEF). Prédios tombados são um caso

A comparação entre as unidades pelo método que divide o montante destinado apenas pelo número de alunos é equivocada

Márcio Moretto, tesoureiro da Adusp

INVESTIMENTO POR UNIDADE DA USP SEGUNDO PLANEJAMENTO PARA 2023



especial e devem ser analisados, especificamente, pela Comissão de Manutenção Predial.

Mas para explicar a diferença entre os valores é necessário considerar outros parâmetros no momento da divisão de verbas. É o que Paulo Martins, diretor da FFLCH, ressaltou ao explicar a dinâmica de uso do dinheiro. "A verba recebida pode ser dividida em dois grupos, a verba carimbada e a livre". A primeira é direcionada a áreas como segurança e treinamento, e o direcionamento é feito pela reitoria. Em relação à verba livre, as unidades têm autonomia para decidir, desde que a legislação seja respeitada".

As unidades podem buscar outras formas de arrecadação de recursos, visando principalmente o investimento em pesquisa. Como essa área possui grande variabilidade, torna-se responsabilidade de cada unida-

de buscar financiamento complementar via agências de fomento, parcerias com governos ou a iniciativa privada.

Entretanto, a quantidade e variedade dessas fontes podem variar de acordo com o perfil de cada unidade. Na FFLCH, unidade reconhecida pela produção acadêmica, os projetos temáticos da FAPESP são oportunidades para arrecadar dinheiro para pesquisa. Já na Escola Politécnica, caracterizada pelo desenvolvimento de tecnologia e maquinário voltado para a indústria e mercado, apresenta uma gama maior de fontes.

Para além das particularidades de cada faculdade, as diretrizes de investimento podem ainda variar de acordo com as prioridades de cada administração. Logo, a política de uso dos recursos pode ser prejudicada pois nem sempre é continuada, podendo ser alterada ou interrompida ao fim de uma gestão.

► DIVERSIDADE RELIGIOSA



Adeptos de diferentes religiões convivem no espaço da Universidade

Pouco visíveis, grupos não-cristãos buscam respeito na USP

À luz de uma nova pesquisa realizada pela Prip, o **JC** busca entender se as minorias religiosas se sentem acolhidas na universidade

GUILHERME VALLE E THAÍSELENA MORAES
[REPORTAGEM]

Às quintas feiras, pontualmente ao meio-dia, quem passa pela Praça do Relógio na Cidade Universitária pode já ter se deparado com um grupo de cerca de 20 pessoas, reunidas em roda, que cantam e oram juntas. Trata-se do Pockets, grupo evangélico neopentecostal que existe há cerca de 5 anos na USP e está ligado ao movimento Dunamis, de práticas e estudos cristãos.

De acordo com um mapeamento da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (Prip), divulgado em outubro deste ano, os integrantes do Pockets fazem parte do grupo majoritário na universidade, os cristãos. Do total de docentes, alunos e funcionários que declaram seguir alguma religião, a maioria é católica, evangélica ou de outras religiosidades cristãs. Como grupos minoritários, a pesquisa identificou aqueles que seguem as religiões afro-brasileiras, o judaísmo e o islamismo. Para esses agrupamentos, a prática religiosa nos campi é bem menos evidente – e se mescla a interesses de estudo e pesquisa.

A experiência de Francirosy Campos Barbosa, professora de Psicologia Social na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do campus de Ribeirão Preto, pode ajudar a entender porque isso acontece. Francirosy demorou a se sentir à vontade para compartilhar no ambiente acadêmico que se convertera ao Islamismo, 15 anos depois de iniciar seus estudos sobre o tema na univer-

sidade. “Ouvi colegas dizendo que, a partir do momento em que eu revelasse ser uma pessoa religiosa muçulmana, eu seria rechaçada. A questão se torna ainda mais delicada pelo uso do hijab (véu), que identifica muito facilmente uma mulher muçulmana, enquanto os homens passam mais despercebidos”, relata a professora.

Algo parecido ocorreu com Enzo Snitovsky Onodera. Messtrando em História Social pela FFLCH, ele estuda o êxodo das comunidades judaicas durante o período babilônico. Sem peiot ou quipá (corte de cabelo e espécie de chapéu tradicionais aos judeus ortodoxos), ele não segue o estereótipo de religioso, mas entende que seu conhecimento pessoal sobre o judaísmo é determinante para a qualidade da ciência que produz na Universidade. “O que eu estudo como pesquisador não tem a ver com a teologia, não tem a ver com a filosofia judaica”, conta ele. “Eu estudo um povo deportado, fruto de uma migração forçada, e isso tem a ver com os interesses que eu tive quando era criança e ouvia a história dos meus bisavós.”

Para muitos, a produção de ciência na USP e o envolvimento com uma religião possui um objetivo em comum: honrar uma ancestralidade que não teve acesso a nenhuma dessas liberdades. A doutoranda em Mudança Social e participação política pela EACH-USP, Eliane Almeida, iniciou-se no candomblé depois de descobrir que essa relação já vinha de muitas gerações em sua família, mas foi invisibilizada

pelo preconceito. Ela relata que, mesmo na EACH – que acolhe diversos estudantes, docentes e funcionários pretos, além de vertentes de pesquisa sobre o racismo –, muitos relutam em se identificar como abertamente religiosos por seguirem crenças de matriz africana, como o candomblé, umbanda e macumba. “Quem é de axé não sai de casa sem proteção, a guia, que é uma pulseira ou colar. É engraçado, porque nós nos reconhecemos sem falar palavra. Mas é impressionante como quem tem preconceitos também reconhece, e daí te olha feio”, conta.

Para esses uspianos, não há relação de oposição entre ciência e religião. Pelo contrário. Francirosy faz questão de lembrar que a primeira universidade do mundo, al-Qarawiyyin, foi fundada por uma mulher muçulmana em 859 e é reconhecida como patrimônio cultural pela Unesco. João Vitor Galacho, estudante do quinto período de Engenharia Naval na Escola Politécnica, que conduz os encontros do Pockets na USP, analisa que “existe uma histeria até dentro da própria igreja em achar que a universidade não é um espaço para falar sobre religião, que ninguém liga para esse assunto. Entretanto, na sua experiência, o que ele vê na USP é diferente.

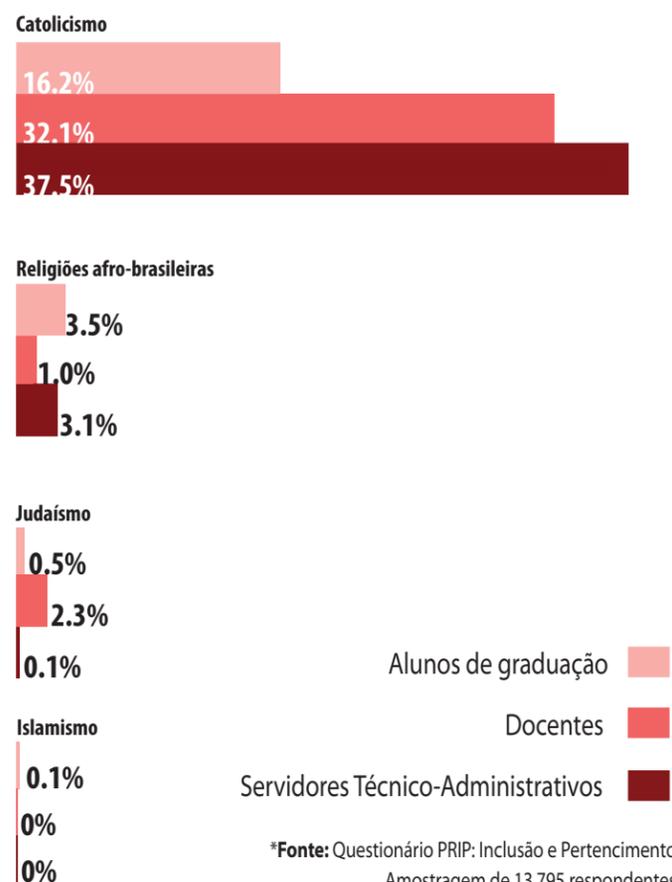
O estudante defende ainda que “as pessoas precisam ter maturidade, como sociedade, para entender que o ser humano é plural, que ao mesmo tempo em que ele é acadêmico, ele pode ter fé.”

Você tem alguma religião?

Sim Não Não informou



Qual religião você segue?



*Fonte: Questionário PRIP: Inclusão e Pertencimento. Amostragem de 13.795 respondentes.

FIM DA GREVE

Atenções voltadas para o cumprimento das promessas

Demanda dos estudantes por professores foi parcialmente atendida. Reitoria fala em responsabilidade orçamentária para barrar “gatilho automático” e mais contratações

LIVIA LEMOS E THAIS MORIMOTO
[REPORTAGEM]

Iniciada no dia 19 de setembro, a greve de estudantes da Universidade de São Paulo ocasionou a interrupção de aulas e atividades acadêmicas por mais de um mês em diversos institutos, tendo como principal demanda a contratação de professores. Outras reivindicações estavam na lista, como a volta do “gatilho automático” e a revogação do edital de mérito, que prevê distribuição de vagas docentes por meio de uma concorrência entre unidades.

As últimas não foram atendidas pela Reitoria, mas a principal obteve êxito: 1.027 docentes serão contratados até o semestre que vem, ante uma proposta original de 879. “Podemos ver, nos próximos meses, o maior número de contratações em um período de tempo que nunca aconteceu antes”, pontua Pedro Chiquitti, estudante de História e diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE) Livre da USP. Pedidos como a construção de creche na USP Leste, alimentação aos finais de semana e mudanças nas políticas de permanência também foram aprovados, mas ainda não foram implementados (leia reportagens nas págs. 10 e 11).

É O SUFICIENTE?

O número de docentes contratados pode não ser suficiente para suprir a demanda de aulas. Felipe Sabino, estudante de Gestão Ambiental e membro de um movimento estudantil independente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), explica que a proposta não se refere a novas contratações, mas à reposição de professores que foram demitidos, exonerados, se aposentaram ou faleceram desde 2014.

Demandas antigas de cursos com poucos docentes, como alguns da USP Leste, não foram contempladas. “Nunca tivemos o quadro de professores completo, temos cursos que nunca tiveram todas as disciplinas atendidas”,

explica Sabino. Um levantamento com base em consultas às Comissões de Coordenação de Curso (CoC) da EACH e dos planos Político-Pedagógicos chegou ao número de 61 docentes – além dos 15 que tiveram vagas liberadas. A demanda, segundo os alunos, se justifica pela sobrecarga dos docentes atuais.

Questionada, a Reitoria afirmou que “a reposição dos docentes é feita com base nas necessidades levantadas pelas Unidades e na disponibilidade financeira da Universidade”. Já a diretoria da EACH, procurada por mais de cinco vezes por telefone e e-mail, não se pronunciou até o fechamento da matéria.

Nunca tivemos o quadro de professores completo, temos cursos que nunca tiveram todas as disciplinas atendidas

Felipe Sabino, aluno de Gestão Ambiental da EACH

ORÇAMENTO LIMITADO

Segundo a Reitoria, a questão orçamentária também impediu que outras demandas fossem atendidas, como o “gatilho automático”, que garantiria a reposição imediata de todas as vagas docentes abertas por motivo de aposentadorias, falecimentos ou exonerações. Sem o gatilho, membros do DCE e da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) temem um novo déficit de professores no futuro próximo.

Na proposta apresentada pela Reitoria, apenas os professores exonerados serão imediatamente repostos. O órgão disse ao JC que “a previsão de contratação de servidores técnico-administrativos e docentes depende da disponibilidade orçamentária da Universidade,

pois trata-se de uma despesa permanente”. Declarou ainda que, “em anos recentes, a USP teve comprometimento de mais de 100% do orçamento com folha de pagamento, o que ocasionou um período de restrições orçamentárias que afetou toda a universidade”.

Chiquitti rebate as afirmações e defende que o orçamento da universidade precisa ser revisto. Segundo o DCE, há cerca de R\$ 6 bilhões em caixa. A professora e presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp) Michele Schultz Ramos explica que “a USP tem reservas que vão além do estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, utilizada pela Reitoria para determinar patamares de comprometimento com folha de pagamento. Há inclusão de itens que não deveriam ser contados, como vales e auxílios”.

Em resposta, a Reitoria afirmou que “a USP tem se preocupado em ter equilíbrio orçamentário duradouro, evitando períodos que levem à dispensa de servidores (PIDV) e períodos sem contratações. Para que isso ocorra, deve haver sustentabilidade das ações, contratação deve prever o impacto futuro, e não somente no horizonte de curto prazo. Portanto não se pode realizar contratações baseadas em valores de superávits de exercícios anteriores, pois nos próximos anos seria insustentável. Um exemplo disso é que após superávits em 2021 e 2022, estamos em 2023 tendo um déficit de 8,5% em relação à previsão orçamentária”.

Ainda segundo o órgão, o superávit da USP está sendo utilizado para o retrofit, construção e ampliação de estruturas em diferentes locais, como, por exemplo, a reforma do Crusp e de moradias estudantis no interior, além de adaptações do Corpo de Bombeiros para mobilidade e segurança.

EDITAL DE MÉRITOS

Durante as negociações com os movimentos



Promessas da Reitoria:

▲ contratação de 1.027 docentes;

▲ abertura dos bandejões nos fins de semana;

▲ construção de uma creche na EACH;

▲ mais bolsas PUB.

estudantis, a Reitoria também negou a revogação do “edital de mérito” ou “processo competitivo” – a distribuição de vagas de docentes em sistema de competição entre as unidades, que subordina a contratação de docentes à aprovação de projetos apresentados. “A Reitoria nega a possibilidade de revogar o edital de mérito docente permanentemente”, diz o documento com as propostas para o fim da greve. “A proposta da Reitoria é estudar mudanças na porcentagem estabelecida”. O percentual usado atualmente foi definido pela Comissão de Claros Docentes (CCD) em abril de 2022, com “critério de 50% reposição e 50% mérito acadêmico”.

Um dos problemas desse método de contratação, segundo Ramos, é que “os critérios que estabelecem o ‘mérito’ não são conhecidos e a seleção fica a cargo de uma comissão presidida

pelo próprio reitor. Ou seja, é o órgão que define para quais departamentos e áreas os docentes devem ser destinados. Essa política gerou muitos problemas entre os departamentos, deturpando um princípio fundamental para as atividades acadêmicas, o da colaboratividade”.

DE OLHO NOS ACORDOS

Chiquitti destaca que o movimento estudantil está em estado de alerta para averiguar se as propostas negociadas com a Reitoria para o fim da greve estão sendo cumpridas. Em relação à contratação de professores, o diretor do DCE pontua: “A própria estrutura da universidade nos permite verificar se os concursos estão sendo abertos ou não, porque são dados públicos”. Chiquitti também salienta a importância de os estudantes como um todo estarem atentos para o cumprimento das demandas atendidas.

▶ OUTRAS GREVES



Vão da FFLCH foi espaço da assembleia estudantil que deflagrou a greve

Estratégias grevistas misturam novidades digitais e táticas da década de 1980

Laura Pereira Lima e Thais Morimoto
[REPORTAGEM]

“As cotas mudaram a USP. A composição social do movimento estudantil ser mais próxima da do resto do país é uma evolução muito interessante”, afirma Pedro Serrano, diretor do DCE entre 2010 e 2013, sobre as mudanças do movimento estudantil nos últimos anos. As formas de construir a greve mudaram, mas algumas pautas e estratégias perduram desde a década de 1980.

PIQUETE Utilizar carteiras para bloquear portas e impedir o acesso a prédios da Universidade é um método presente desde o início das reivindicações estudantis. Segundo registros da época, a estratégia foi utilizada na greve de professores e funcionários de

1988 – e permaneceu presente nas paralisações seguintes.

REDES SOCIAIS De 2009 para 2023, as mídias sociais passaram a ocupar um papel central na divulgação dos eventos e na circulação de informações. “Mas a política continua exigindo o encontro e o ‘olho no olho’”, explica Lincoln Secco, professor de História da FFLCH, reforçando que grupos que não se reúnem presencialmente não conseguem ter influência.

CULTURA Na greve de 2023, o festival Grave na Greve teve a presença da banda Sophia Chablau e uma Enorme Perda de Tempo e da escritora Aline Bei. Os alunos também transmitiram filmes, como o documentário *Lute como uma Menina* e o longa *Cora-*

line, na ocupação dos blocos K e L do Crusp, onde também foi realizado um karaokê. Na ocupação dos blocos K e L em 2007, foram exibidos os filmes *Laranja Mecânica* e *Blade Runner*. Já na greve de 2000, o artista Tom Zé realizou um show em apoio ao movimento.

GRADES NA PRAINHA Na greve de 2023, os estudantes derrubaram as grades que ficam entre o espaço de convivência da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e a Reitoria (ver pág. 14), colocadas em dezembro de 2016. Não foi um movimento inédito: em 2017, alunos tentaram por abaixo as grades, mas foram impedidos por uma ação policial, que deixou feridos e culminou em um estudante detido por lesão corporal contra os agentes.

CONFIRA ALGUMAS DAS PRINCIPAIS GREVES DA USP

1988 Greve de professores e funcionários

Duração: 58 dias.
Principal reivindicação: aumento de 85% nos salários e reajuste mensal de acordo com a Unidade de Referência de Preço (URP). Segundo relatos de jornais da época, um bolsista de pesquisa recebia mais do que um professor, a depender da bolsa.
Principal conquista: aumento de 85% nos salários a partir de outubro daquele ano, além de um reajuste de 15% em novembro e mais 15% em dezembro.

2002 Greve na FFLCH

Duração: 106 dias.
Principal reivindicação: contratação de 259 professores.
Principais conquistas: contratação de 92 docentes e adoção do “gatilho automático”.

2007 Greve de estudantes, professores e funcionários

Duração: 20 dias. Ocupação na reitoria durou 50 dias.
Principais reivindicações: anulação de decretos do governador José Serra que, segundo estudantes, ameaçavam a autonomia da Universidade, reformas nos prédios da USP e nos alojamentos, contratação de professores e abertura de 600 vagas adicionais no Crusp.
Principais conquistas: Governador alterou parcialmente a redação dos decretos.

2009 Greve de estudantes, professores e funcionários

Duração: 57 dias.
Principais reivindicações: au-

mento salarial de 16% mais parcela fixa de R\$ 200 para servidores, incremento de benefícios trabalhistas, aumento salarial, retirada da Polícia Militar do campus e renúncia da reitora Suely Vilela.
Principal conquista: aumento salarial de 6,05% para servidores e docentes, estabilidade de empregados irregulares, incremento de benefícios trabalhistas para servidores e discussão da democratização da universidade.

2013 Greve de estudantes

Duração: 50 dias.
Principais reivindicações: eleições diretas para escolha do reitor da universidade, diretores de unidade e chefes de departamento, descontaminação do campus da USP Leste e renúncia do diretor e do vice-diretor da EACH.
Principal conquista: reposição

de aulas após a greve, manutenção de uma mesa de negociação com os estudantes, sinalização pela reitoria da instauração de um processo para a formulação de um novo estatuto da universidade, afastamento do diretor da EACH e criação de uma comissão permanente de acompanhamento ambiental.

2014 Greve de estudantes, professores e funcionários

Duração: 116 dias.
Principal reivindicação: retirada da proposta de congelamento de salários.
Principais conquistas: reajuste salarial de 5,2% e abono de 28,6%. Os professores ficaram responsáveis por montar cronogramas de reposição das aulas. Os funcionários se comprometeram a fazer

uma hora extra por jornada, durante 70 dias.

2018 Greve de estudantes, professores e funcionários

Duração: 31 dias.
Principais reivindicações: reajuste salarial de 12,5%, acesso e permanência estudantil, contra o arrocho salarial e contratações de professores e funcionários.
Principais conquistas: renda mínima para inscrição de estudantes do programa de Bolsas Emergenciais passou de 1,0 para 1,5 salários-mínimos, reforma do Crusp, reajuste salarial de 1,5%, aumento de R\$ 140 no vale alimentação e possibilidade de reposição dos dias parados.

Para conferir a versão completa, acesse o site do JC.

▶ PROMETEU E...

Bandejão aos fins de semana continua no papel

Pauta da greve esbarra na falta de funcionários. Pró-Reitoria não especifica medidas de concretização

CAMILLA ALMEIDA [REPORTAGEM]

Considerados peças importantes dentre as políticas de permanência estudantil, os bandejões entraram na pauta de greve com a reivindicação de refeições em feriados e fins de semana. Até agora, nada aconteceu, segundo relatos da Associação de Moradores do Crusp (Amorcrusp).

Os restaurantes universitários são a principal fonte de alimentação para uma grande parte da comunidade USP. Na capital, são seis bandejões, distribuídos entre quatro campi. Quatro desses estão localizados na Cidade Universitária, que atuam servindo mais de 2 milhões de refeições anualmente, de acordo com o Anuário Estatístico da USP. O seu funcionamento, porém, é restrito aos dias de semana.

“Nunca tive uma rotina de final de semana com bandejão presente”, conta Lucas Dias, estudante de Turismo e residente do Crusp desde 2018. “O que sobra são as cozinhas coletivas, mas



Funcionária do bandejão da Física servindo estudantes

acontecem muitos roubos, o que impossibilita o uso desses espaços”, complementa. O estudante comenta, inclusive, que está “acostumado” a passar muitas horas sem comer e a se contentar com uma única refeição diária.

A demanda foi contemplada pela Reitoria, que se comprometeu, por meio da Prip, a garantir café da manhã e almoço aos sábados e a implementar medidas emergenciais quanto às outras refeições. No entanto, após um mês

da apresentação dessa proposta, ainda não houve movimentações que indiquem sua execução.

A preocupação central é com os funcionários dos bandejões, que também paralisaram suas operações alegando a precari-

zação de seu ambiente de trabalho e o cumprimento de turnos abusivos. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), houve uma redução na contratação de funcionários que levou a essa sobrecarga. A exemplo disso, a sala de louça, que já contou com 14 trabalhadores, hoje tem seis – todos terceirizados.

De acordo com o Instagram oficial do Amorcrusp, uma assembleia que discutiria os próximos passos com a Reitoria, marcada para o dia 21 de novembro, foi cancelada devido à ausência de um “posicionamento conciso” da Prip. O JC tentou contato com o Amorcrusp, sem resposta.

Procurada pela reportagem por email, a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (Prip) alegou que o “funcionamento dos restaurantes universitários aos finais de semana e feriados está em fase inicial de estudo técnico”. Indagações sobre a contratação de funcionários e previsão para implementação do novo horário não foram respondidas.

▶ USP LESTE

Creche na EACH, compromisso ou sonho distante?

THAIS MORIMOTO [REPORTAGEM]

Mais de sete anos sem conseguir se formar. Essa é a realidade de Vanessa Amorim, estudante de Educação Física e Saúde na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), um curso com previsão de duração de quatro anos. Ela conta que teve uma filha no primeiro ano de graduação e, se tivesse uma creche no campus, sua graduação não teria atrasado — ou, pelo menos, não tanto assim.

Em alguns anos, pode ser que relatos como o de Vanessa não mais existam na USP Leste. A carta assinada pelo reitor Carlos Gilberto Carlotti no fim da greve afirma: “A universidade se propõe a construir o prédio de uma creche para a EACH”. Mas, de acordo com a Pró-Reitora de Inclusão e Pertencimento, Ana

Lucia Duarte Lanna, “o projeto de creche para a EACH está em fase inicial de estudos”.

Atualmente, a comunidade da USP Leste pode tentar uma vaga na Creche Pré-Escola Saúde Pública, que fica a 24 km do Campus da EACH. Residente em Interlagos, Vanessa nem procurou uma vaga na Saúde Pública, sabendo que atrapalharia sua rotina. A estudante também não buscou uma creche perto de sua casa porque o horário de suas aulas não seria compatível com os da creche.

Mesmo aqueles que buscam a creche na Saúde Pública não possuem garantia de que conseguirão a vaga. Existem critérios socioeconômicos na seleção, como renda per capita da família e propriedade de bens móveis ou imóveis. Procurada para esclarecer essas questões,

a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento não respondeu às perguntas, que indagavam sobre a quantidade de alunos que precisam de creche na USP toda, quantas vagas terá a creche na EACH e o que uma pessoa da comunidade uspiana que precisa de creche e não consegue vaga pode fazer.

DESMOBILIZAÇÃO

A ausência da creche no campus da USP Leste é justificada de várias formas. Um dos argumentos é a suposta contaminação do solo, que faria mal às crianças. A solução para o problema ainda não foi informada aos estudantes, o que inquieta Vanessa. Questionada, a Reitoria afirmou que a pergunta deve ser feita à diretoria da EACH, que, procurada por mais de cinco vezes entre 14 e 28 de novembro, não re-

tornou às nossas tentativas de contato.

Felipe Sabino, estudante de Gestão Ambiental e membro de um movimento independente na EACH, afirma que a promessa da Reitoria foi feita para desmobilizar o movimento estudantil na USP Leste e que demorará anos para ter algum resultado, se tiver. O estudante ainda diz que, apesar de ser uma reivindicação da greve, existem outras pautas prioritárias para o campus que não foram abordadas nas negociações porque a Reitoria encerrou uma das mesas antes que representantes da USP Leste pudessem falar sobre suas demandas. “Não tem como priorizar a creche na EACH se não tem professor suficiente para a Universidade e se não tem política de permanência estudantil suficiente”, afirma.





De que um estudante precisa para permanecer?

Movimento estudantil defende aumento no auxílio-permanência de R\$ 800 para R\$ 1500; gastos básicos com contas, alimentação e transporte podem chegar a R\$ 1200 por mês

MARIANA KRUNFLI [REPORTAGEM]

A permanência estudantil foi uma das principais demandas da greve que tomou conta da Universidade de São Paulo entre setembro e outubro de 2023. Neste ano, cerca de 14 mil alunos da Universidade foram classificados por critérios socioeconômicos e contemplados pelo Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), com um valor de R\$ 800 ao mês. No ano passado, o auxílio era de R\$ 500 e, em 2020, de R\$ 400, como explica Tulio Gonzaga, diretor do Centro Acadêmico Lupe Cotrim (CALC).

Com questões como moradia, Crusp, alimentação e transporte, a permanência estudantil se equilibra entre as necessidades dos estudantes e o que a USP pode oferecer para manter os alunos durante o período de estudo. “A política de permanência é extremamente importante. As demandas da Universidade são altas, é preciso estudar muito e, sem essa ajuda financeira, é impossível conciliar estudo e preocupações sobre como será o futuro”, pontua Isabelle Aguiar, estudante de Letras.

“Estudantes que precisam nem sempre são contemplados. A comunidade tem mais de 90 mil graduandos e pós-graduandos somados. O auxílio de R\$

800 ao mês não necessariamente é suficiente. Sabemos que a moradia, a alimentação, o acesso à saúde e ao transporte na cidade de São Paulo e nos arredores da região metropolitana são sempre dificultados e caros”, conta Tulio. Em 2023, o aumento no valor da bolsa foi integrado a outros tipos de auxílio antes cumulativos.

A permanência foi uma das principais demandas da paralisação estudantil, apesar de ter sido pouco comentada pela Reitoria durante os diálogos com os estudantes, argumenta Tulio, que recebeu as informações via comando de greve. “Não teve nem discussão sobre a mudança do valor da bolsa PAPFE. Isso é um símbolo da falta de entendimento dessa urgência que os estudantes têm quanto à questão da própria sobrevivência na USP”.

Entre os compromissos firmados pela Reitoria durante a greve, a Universidade se compromete a disponibilizar para a comunidade o número de alunos que acumulam a bolsa PAPFE e a bolsa PUB – auxílio de R\$ 700 reais voltado para pesquisa e extensão visto como uma forma de complementar a renda estudantil; realizar uma nova rodada de distribuição das bolsas PUB não contempladas ainda este ano; e compartilhar dados da distribuição orçamentária da bolsa PUB entre as Pró-Reitorias.

“As demandas da USP são altas, é preciso estudar muito e, sem essa ajuda financeira, é impossível conciliar estudo e preocupações com o futuro”

Isabelle Aguiar, estudante de Letras que recebe auxílio PAPFE

O JC entrou em contato com três estudantes que recebem auxílio da USP para se manterem na Universidade: Amanda Bortoni, aluna de Lazer e Turismo, Sara Leticia Santos Silva, de Sistemas de Informação, e uma aluna de Jornalismo, que preferiu não ser identificada.

Para a moradia, Amanda afirma que mora junto com a mãe em um imóvel financiado, com quem divide as parcelas, o que resulta em R\$ 300 em gastos mensais. Sara também vive na casa da mãe e ajuda a família com seu auxílio: “Minha mãe contribui com o bolsa família de uns 800 reais. A renda é o que serve para a família toda: eu, minha mãe e meus dois irmãos”. Já a aluna de Jornalismo explica que mora com sua madrinha, que paga o aluguel e o condomínio do apartamento. Contas como água e internet, porém, ficam em torno de R\$ 300 e são de sua responsabilidade.

“Os aluguéis de locais próximos à USP são caros e eu não conhecia ninguém que fosse entrar na mesma universidade que eu, ou que fosse fazer um exame para entrar. Os meus gastos são divididos entre ajudar minha família e me manter na USP”, conta Sara.

As estudantes, que demoram de uma a duas horas para chegar aos campus, declaram que os gastos com transporte

variam de R\$ 100 a R\$ 200. Já com alimentação, elas explicam que comem nos restaurantes universitários pelo menos cinco vezes por semana. A estudante de Jornalismo afirma que seus gastos mensais com comida variam de R\$ 400 a R\$ 600.

Enquanto Sara relata que ainda não estagia por medo de não ter tempo para estudar, Amanda e a aluna de Jornalismo afirmam que fazem estágio para complementar o auxílio recebido pela USP com, respectivamente, R\$ 700 e R\$ 1500 de salário, e que não recebem ajuda financeira da família.

A estudante de Jornalismo ressalta que, com o PAPFE e seu salário do estágio, não falta dinheiro, mas que o auxílio faz uma grande diferença na sua vida como aluna. “Consigo ter uma vida ok, sair no final de semana, comprar um salgado. Se não tivesse PAPFE, acho que ainda conseguiria me manter, mas não pagar pela terapia ou ter o mínimo de lazer”.

Segundo Tulio, o valor exigido pelos alunos para a bolsa PAPFE é o de um salário mínimo paulista – R\$ 1550. Já Isabelle que recebe o auxílio PAPFE, esclarece que o valor de R\$ 800 contempla bem os estudantes, mas que um acréscimo seria positivo. “Um aumento poderia ajudar pessoas com mais vulnerabilidade”.

MOBILIZAÇÃO

Greve expõe fraturas entre correntes do movimento estudantil

Composto por coletivos de esquerda, DCE recebe críticas de “independentes” que ocuparam prédio administrativo

ANA MÉRCIA BRANDÃO, GUILHERME VALLE
E RICARDO THOMÉ [REPORTAGEM]

No dia 19 de setembro, os estudantes da USP votaram por entrar em uma greve geral que viria a durar mais de um mês. A ação colocou em evidência uma ator que sempre esteve ativo na Universidade, mas cujas nuances permanecem desconhecidas por boa parte dos universitários: o movimento estudantil (ME).

O nome “movimento estudantil” indica uma unidade que, na prática, não se sustenta. Existem divergências entre os próprios alunos, que encontram identificação nos variados coletivos políticos presentes na USP, cada um com um posicionamento diferente – mesmo que a maioria esteja no mesmo campo, o da esquerda.

Allan Kenzo, aluno de Geografia que milita há cinco anos no coletivo Juntos!, comenta que essa divisão dentro do ME foi o que mais o decepcionou ao entrar no movimento. “Eu sabia que existiam divergências, mas achava que poderíamos ter graus de síntese maiores do que realmente temos”, afirma.

A gestão que lidera o DCE desde 2022 parte de uma tentativa de superar essas discordâncias. Movimento Correnteza, originado no PCR (Partido Comunista Revolucionário) e também relacionado à UP (Unidade Popular), UJC (União da Juventude Comunista, com berço no Partido Comunista Brasileiro) e Juntos!, uma das correntes mais esquerdistas do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), dividem a composição da chapa.

Outra motivação foi superar a aliança PT-PC do B, dominante na União Nacional dos Estudantes (UNE). O entendimento é que as conquistas dos estudantes não viriam por meio de acordos com a Reitoria ou de conversas de gabinete, mas sim com a mobilização estudantil. “O campo democrático popular entendia a entidade do DCE mais como uma espécie de zeladoria dos estudantes da USP ou quase como uma ponte entre a Reitoria e os estudantes, e para nós não é isso”, afirma Kenzo.



1

O outro lado rebate. Para Giulia Castro, estudante de Ciências Atuariais, vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP) e membro do CA da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), a composição atual do DCE é uma “anomalia”. “Os movimentos se unem por serem oposição ao campo democrático popular, mas não fazem construções em conjunto”, critica.

O que Giulia percebe como anomalia vem da diferença ideológica entre os três grupos. Kenzo dá sua versão: “O Juntos! segue uma linha teórica voltada para o trotskismo. UJC e Correnteza

defendem uma vertente que eles chamam de marxismo-leninismo, mas que nós chamamos de stalinismo”. Para o Juntos!, os demais movimentos são pouco críticos ao que foi o regime de Josef Stalin na antiga União Soviética e ao que são os governos ditos socialistas na atualidade. “Isso se reflete na forma de organização: o Juntos! valoriza o debate interno, enquanto em alguns outros coletivos as decisões vêm da direção e são socializadas com o resto, o que é uma distorção do centralismo democrático”, completa.

Sobre os movimentos de direita, Giulia afirma que o Poli Liberty, da Escola Politécnica, é o único, apesar de não atuar

muito no movimento estudantil. “Eu nunca vi a direita concorrer a uma chapa no DCE, por exemplo”, conta. Ela cita, também, coletivos menores e localizados, que são considerados de direita pelo movimento estudantil, mas cujos membros não se veem como tal. “Temos como exemplo o Revoada na Poli, que é o Grêmio da Poli, ou o Construção, na São Francisco. Eles vieram de heranças da direita, mas hoje em dia, não se entendem mais assim”, finaliza.

UNIÃO PELA GREVE

O destaque que o ME ganhou com a greve não foi de todo positivo. Ao fim da mobilização, uma “acusação” pairava no ar: a de que o DCE estaria ativamente desmobilizando

os estudantes e incitando o fim da greve. Essa crença, que Kenzo classifica como uma “narrativa criada por setores do Movimento Estudantil”, fez com que um grupo de estudantes autointitulado “independente” agisse por conta própria e ocupasse o prédio da Administração Central da USP em defesa da não-represália aos grevistas. Ao JC, sob pedido de anonimato, um porta-voz expressou a insatisfação do grupo em relação à atuação do DCE.

“Assembleias cansativas, falta de comunicação com os estudantes, propostas fracas de calendário e inexistência de mobilização para os atos e protestos. Essa postura da direção estudantil levou ao enfraquecimento da greve e ao fechamento da negociação com a Reitoria, o que fez com que os estudantes saíssem da greve sem a garantia de não-represália política”, afirmou.

Para Giulia, o problema começou antes mesmo da greve, pelo fato de o Diretório Central não ter construído um movimento anterior à paralisação. Kenzo admite que não houve uma grande preparação, mas defende o papel dos coletivos, que passaram “o ano inteiro mobilizando e falando com as pessoas”.

Sobre as acusações de desmobilização, o militante do Juntos! defende: “A nossa política de encerrar a greve era menos por achar que a proposta da Reitoria era ótima, e mais porque já estávamos vendo um desgaste do movimento e evitar que a situação se agravasse. Como extrair mais da Reitoria se não conseguimos mobilizar mais?”

Olhando para trás, o estudante de Geografia acredita que a mobilização foi importante para “existir um avanço de consciência nos estudantes de que é possível fazer uma greve e que traz resultado”. “É o processo que inspira outros processos”, completa.

Para ele, esse é o impacto do movimento estudantil, o qual caracteriza como “um espaço importante de formação”. “É uma forma de também trazer uma contribuição para a política em geral”, conclui.



1, 2: JP BOSSOLA/JC [ILUSTRAÇÕES]

2

▶ INSTITUTO OCEANOGRÁFICO

Demissões e terceirizações geram maré de incertezas para navios da USP

Funcionários desligados por falta de concurso público cobram rescisão

MARIANA KRUNFLI, CLARISSE MACEDO
E MARIA TROMBINI [REPORTAGEM]

Maré agitada para os lados do Instituto Oceanográfico (IO). Resultado de um processo de sindicância que se estende por 10 anos, a ressaca culminou na decisão da Reitoria de finalizar as relações de serviços com a tripulação das quatro embarcações da instituição, abrindo uma onda de disputas entre o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) e a Universidade.

O ponto central é o fato de que esses funcionários foram contratados pela Universidade sem a realização de concursos públicos. Quando a sindicância começou, em 2009, a procuradoria geral da USP ficou responsável pela checagem dos processos de recrutamento e seleção realizados desde 1988 pela empresa SM – Serviços de Administração S/C. A empresa realizou essas contratações sem prévia aprovação de concurso público, e a Procuradoria concluiu que os servidores estavam em situação irregular. O processo administrativo que finalizaria a prestação de serviços daqueles contratados há quase 40 anos teve início, e os funcionários foram notificados pela primeira vez no fim do ano passado.

Em maio deste ano, assistentes administrativos do IO anunciaram que o desligamento ocorreria e, segundo Neli Paschoarelli, diretora do Sintusp, os funcionários receberam uma intimação sobre o desembarque social, que deveria acontecer imediatamente. Não haveria valor a ser recebido como rescisão, já que os desligamentos eram resultado de processo. Os primeiros protestos reivindicavam a manutenção dos cargos, mas segundo Reinaldo Souza, diretor do Sintusp, à medida que a situação evoluiu, a maioria abandonou as primeiras petições e decidiu exigir pagamentos de verbas rescisórias e por danos morais.

Por enquanto, as embarcações seguem ancoradas – duas

no porto de Santos, uma em Ubatuba e outra em Cananéia. Em nota, a Reitoria justificou a decisão como uma medida necessária em razão do pedido de informações da Marinha do Brasil e também disse que a continuidade desses contratos poderia acarretar penalidades para a Universidade – desde responsabilidade civil até aquela prevista na lei de improbidade administrativa.

Enquanto isso, o IO contratou por seis meses a empresa Brasil Atlântico Treinamento Infraestrutura e Serviços Marítimos pelo valor total de quase nove milhões de reais, de acordo com documento publicado pela Reitoria. O custo mensal para a USP será de R\$ 1,47 milhão, quase três vezes o custo com a outra tripulação, que seria de R\$ 650 mil.

No início de novembro, após realizarem o desembarque social, os marinheiros denunciaram a USP pela situação. O Ministério Público do Trabalho de Santos acatou a denúncia, garantindo o pagamento de salário até o fim do processo administrativo. O pagamento rescisório, porém, não foi previsto.

EMBARCAÇÕES

O IO tem dois navios, o Alpha Crucis e o Alpha Delphini, e duas bases, uma em Cananéia e outra em Ubatuba, que também possuem embarcações menores. O Alpha Crucis



Após deixar embarcações do Instituto Oceanográfico, marinheiros denunciam a USP ao Ministério Público do Trabalho

À medida que o processo foi se arrastando, o desgaste foi aumentando. A maioria desses trabalhadores já nem tem mais vontade de permanecer como funcionário da USP

Reinaldo Souza, diretor do Sintusp

é o maior navio e foi adquirido através do Programa de Equipamentos Multiusuários (EMU), uma das modalidades do Programa de Apoio à Infraestrutura de Pesquisa no Estado de São Paulo, mantido pela Fapesp desde 1995.

“Tem o cozinheiro, o pessoal que cuida das máquinas, o capitão do navio, o imediato e o pessoal que ajuda a navegar. Precisa de muita gente para conseguir fazer um navio daquele tamanho rodar”, explica Ana Clara Mariani, aluna de mestrado do IO, sobre a tripulação do Alpha Crucis.

A estudante, que está na USP desde 2016, destaca a importância das embarcações para sua formação, ao possibilitar práticas que vão desde análises biológicas até o uso de equipamentos. Ana afirma que chegou a passar 16 dias embarcada no navio, que não tem sinal de

internet. “Foi bem importante para aprendizado e para ter uma experiência de campo. Os professores são excelentes nesses quesitos, e a gente consegue colocar a mão na massa mesmo”, destaca Ana.

Olga Tiemi Sato é doutora em Oceanografia Física e docente do Instituto Oceanográfico. Sobre a relação dos navios com as atividades de graduação, ela explica: “Algumas disciplinas têm projetos nas bases do Instituto, em Ubatuba e Cananéia. Elas contam principalmente com o apoio da embarcação Veliger II ou Alpha Delphini, a depender da distância da costa e da complexidade dos equipamentos necessários para a realização da tarefa”.

A maior das embarcações, o Alpha Crucis, dedica-se prioritariamente a projetos de pesquisa, que vão a águas abertas. O navio é equipado com instrumentos de análise e de navegação modernos, voltados para as diversas áreas de estudo da oceanografia: química, física, geológica e biológica.

Geralmente, os estudantes de graduação ou pós-graduação têm contato com o Alpha Crucis por meio da participação nesses projetos de pesquisa. A professora Olga explica: “Das 40 vagas totais para o embarque, a equipe de pesquisa ocupa entre 18 e 20. Elas são preenchidas pelo pesquisador-chefe, engenheiros e pesquisadores auxiliares do laboratório que farão os experimentos. Depois, caso restem vagas, elas são abertas aos alunos”.



Navios do IO permitem práticas como análises biológicas e teste de equipamentos

▶ ESPAÇO ESTUDANTIL

Derrubadas, grades da Prainha representam conflito entre estudantes e USP

Ação durante a greve dos estudantes é um marco na disputa sobre a ocupação e as regras do espaço de vivência da ECA



Grades entre a ECA e a Reitoria foram instaladas em 2016

ELAINE BORGES, GABRIEL EID E GUILHERME CASTRO SOUSA [REPORTAGEM]

Caíram. No dia 21 de setembro de 2023, seis anos e nove meses após sua instalação, parte das grades que limitavam a entrada na “Prainha”, espaço de convivência da Escola de Comunicações e Artes (ECA) foram derrubadas por estudantes durante a Quinta i Breja (QiB), tradicional evento do alunado da unidade. A ação ocorreu em meio à greve de estudantes que se espalhou pelas faculdades da USP.

A Prainha é o espaço ao ar livre localizado atrás do prédio principal da ECA, apossado por gerações de alunos, funcionários e professores como espaço de vivência e de manifestações culturais, artísticas e políticas. Uma importante expressão destas características foi o Canil, ocupa-

ção circular e aberta a bandas e apresentações diversas. Inaugurado em 2006, foi demolido pela Reitoria em 2012.

Originalmente, o espaço era aberto. Entre 21 de dezembro de 2016 e 2 de janeiro de 2017, as grades foram construídas pela Reitoria, cercando todo o perímetro da Prainha. De acordo com a Assessoria de Imprensa da USP, a instalação foi motivada por problemas de segurança no local. No final de 2015, o ex-aluno Benício Leão Filho foi morto após ser espancado por um grupo de pessoas durante a QiB.

Os estudantes argumentam que o gradil, além de restringir um espaço universitário, torna-o mais inseguro ao dificultar a evacuação no caso de emergências – o acesso controlado era feito por uma única porta de vidro pelo prédio central. Quanto aos epi-

sódios de violência, Júlia Orioste, aluna de artes cênicas e pertencente ao Centro Acadêmico Lupe Cotrim (Calc) da ECA, afirma que, durante eventos como a Quinta i Breja, membros da Comissão Anti Opressão estão presentes no local para garantir a segurança das pessoas, juntos a dois bombeiros e quatro seguranças.

A Diretoria da ECA afirmou, por meio de texto escrito em resposta às perguntas enviadas pelo JC, que tenta buscar o diálogo com as entidades estudantis, “de modo a chegar a uma solução consensual sobre o uso daquele espaço, que contemple a comunidade acadêmica como um todo”.

Em 2019, a Congregação da ECA criou um Grupo de Trabalho para tratar das condições de segurança na Prainha. No último dia 29 de novembro, a Congregação aprovou, por unanimidade, uma moção de repúdio quanto ao barulho excessivo durante eventos no local, pedindo providências à USP.

A instalação das grades, segundo a Reitoria da USP, também visava conter o comércio ilegal de ambulantes. A reportagem do JC conversou com um vendedor de bebidas e um vendedor de pastéis que não quiseram se identificar. Segundo eles, após a derrubada, puderam voltar a vender nos locais em que estiveram presentes durante mais de 20 anos: “Antigamente a Prainha da ECA ficava muito mais cheia do que hoje, não tem comparação”, afirmou um deles.

DISPUTA DE VERSÕES

Após a queda, ficou a dúvida sobre quem assumiria a responsabilidade pelo acontecido: a Reitoria ou a Diretoria da ECA. Em termos legais, uma das organizações teria que apresentar uma denúncia formal a respeito do ocorrido. Caso contrário, seria acusada de prevaricação diante do dano ao

patrimônio público. Consultada, a Diretoria da ECA disse que a atribuição foge de seu escopo. A Reitoria, por sua vez, afirmou que a construção das grades foi responsabilidade do órgão, mas que a decisão sobre seu futuro é da Diretoria da ECA.

Para Júlia Orioste, não pode ser chamada de patrimônio público uma estrutura que impede a liberdade de ir e vir do estudante que deseja utilizar seu espaço de vivência como bem entender. “Ainda mais considerando o horário limite de entrada e saída do prédio, algo mais absurdo ainda”, afirma a estudante, se referindo a proibição de entrada na Prainha após às 21h30.

ARTE E POLÍTICA

Além dos eventos sociais e atos políticos, uma das maneiras que os discentes encontraram para ocupar o espaço estudantil é a arte. Dois alunos – identificados por seus nomes artísticos –, Shao Khan, graduando em Artes Visuais, e AL, estudante de arquitetura, tomaram a iniciativa de reciclar o material das grades derrubadas e transformá-lo numa escultura: A Rebentação das Ondas da Prainha.

A obra, que até o momento da publicação desta edição do JC se encontra em frente à entrada do Centro Acadêmico Lupe Cotrim, representa, segundo os artistas, um testemunho da forma como as grades foram removidas. De acordo com os autores, com um formato que simula a rebentação de ondas numa praia, o metal retorcido em estado quase bruto remete ao momento de “fúria lúcida”, como descreve AL, que levou à destruição da estrutura.

Para eles, o controle da entrada e da saída da vivência estudantil da ECA por meio das grades se relaciona a um quadro maior de disputa entre estudantes e a administração da universidade.

Nossa atividade de reciclar e reutilizar o aço das grades é o oposto do desmonte, é remontar e reconstruir

AL, artista plástico

Início da reivindicação pelo espaço



2002

Construção do Canil



2006

Demolição do Canil



2012

Reitoria chega ao lado da Prainha



2013

Assassinato de ex-aluno



2015

Construção das grades



2016

O “dossiê da Prainha”



2022

Derrubada das grades



2023



Do JUCA ao InterUSP, campeonatos universitários movimentam muitos estudantes em pouco tempo

Chuva, suor e cerveja: como funciona um campeonato universitário, versão pós-pandemia

Organização de megaeventos pode durar o ano inteiro e exige negociação em cenário de alta de preços

LORENA CORONA E THAÍS HELENA MORAES
[REPORTAGEM]

“Já é jogos!”. Essa frase está na boca dos alunos de universidades públicas e privadas por todo o país durante boa parte dos feriados do ano. Com o objetivo de proporcionar uma experiência competitiva aos atletas universitários e, ao mesmo tempo, integrar estudantes de diversos cursos e faculdades, atléticas se unem para realizar os campeonatos universitários. Mas esse tipo de evento não se resume a dias de chuva, suor e cerveja – e um pouquinho de esporte. Nos bastidores, há um extenso planejamento que dura quase o ano inteiro – e que nos dois últimos anos tem ainda de lidar com a alta de preços e a reconstrução da cultura de jogos pós-pandemia.

QUANDO COMEÇA?

Na Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA) da USP, é comum que as reuniões de organização dos jogos tenham início ainda no ano anterior, poucas semanas depois da realização de uma edição. É nesse momento em que são definidas as gestões organizadoras de cada campeonato. Guilherme Zerbetto, estudante de Zootecnia na FZEA e diretor de esportes da Associação Atlética Acadêmica Fernando Costa, explica que tudo depende do tamanho pretendido para os jogos: “Como somos uma atlética do interior, costumamos participar de campeonatos menores. Cada associação indica alguns de seus membros a serem votados para comissão executi-

va dos jogos, que inclui presidente, tesoureiro, secretário e outros.” Quando é hora de lidar com fornecedores, Guilherme explica que é preciso sortear alguma das atléticas participantes para assumir a responsabilidade pelos contratos.

Já no caso de campeonatos de maior porte, entram em cena as Ligas Atléticas Acadêmicas, que possuem CNPJ e atuam como mediadoras no contato com fornecedores, prefeituras e profissionais contratados para trabalhar durante os jogos. Essa é a organização que vale para eventos como o InterUSP (que envolve as atléticas de Medicina, Direito, Engenharia e outros seis cursos da USP) e também para o JUCA, os Jogos Universitários de Comunicações e Artes, que conta com a participação da ECA e é coordenado pela Liga Atlética Acadêmica de Comunicação e Artes (LAACA).

QUANTO CUSTA?

Mariana Moraes, presidente da Associação Atlética Acadêmica Lupe Cotrim – a ECAtlética –, participou da estruturação do JUCA em 2023 e explicou ao JC que o custo desses campeonatos é muito alto e exige um amplo planejamento por parte das atléticas. “Fazer um evento assim não é barato. Para fazer tudo dar certo, as atléticas precisam se comprometer a vender um certo número de ingressos, porque há uma taxa financeira mínima que precisa ser batida”, afirmou.

Para a maioria dos jogos, essa taxa envolve três grandes gastos: os contratos para realização

“É muito gostoso ver nossos atletas, que treinaram o ano todo esperando pelos campeonatos, darem tudo de si em quadra – e claro, vibrar com a torcida pela nossa própria faculdade”

Guilherme Zerbetto

das festas; os custos de transporte e locação de alojamentos; e, por fim, os contratos esportivos, que englobam o aluguel de quadras, piscinas e pistas, além do pagamento dos árbitros e fisioterapeutas. Enquanto os dois primeiros custos geralmente são cobertos pelo valor dos pacotes comercializados, o terceiro é responsável por diminuir consideravelmente as margens de lucro – isso quando não deixa as atléticas no vermelho.

Conforme explica Murilo Bono, estudante de Medicina e membro da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz, os custos totais de um campeonato, mesmo divididos entre as atléticas participantes, podem variar de R\$ 40 mil a R\$ 100 mil para cada atlética. Ele acrescenta que, no caso de uma associação não conseguir arrecadar o valor mínimo com que se comprometeu, é necessário lançar mão de outras estratégias, como doações de ex-alunos ou redimensionar o orçamento.

Outras vezes, mesmo com orçamento enxuto, a realização do evento fica inviável. Pela complexidade da organização e chance de prejuízo, as atléticas podem desistir de participar ou até cancelar alguma edição do torneio. Esse foi o caso do CaipirUSP em 2023, do qual a FZEA participava, cancelado apenas 45 dias antes da data prevista para o campeonato.

COMO ACONTECE?

A escolha do local onde será realizado o campeonato não envolve apenas dinheiro. Segundo a presidente da ECAtlética,

o principal ponto para a decisão é a infraestrutura do município. “Quando você vai fazer uma visita técnica para escolher a cidade, você tem um checklist de, por exemplo, ginásios que o município deve ter. No JUCA, nós temos handebol, futebol, futsal, natação, tênis de mesa, entre diversos outros esportes. Então, é necessário ter certeza que teremos pelo menos um ginásio para cada um deles ou um ginásio poliesportivo”, afirma. Quando não é possível reunir toda a infraestrutura necessária em uma única cidade, a estratégia é estar perto de outras que tenham esses equipamentos.

Mesmo quando um local possui todos os requisitos para sediar um campeonato, ainda é preciso negociar com prefeituras e secretarias – que nem sempre são receptivas. “Muitas cidades do interior são conservadoras e têm uma visão de que os jogos são baderna. Em 2003, o Intermed estava cotando um município que entrou com moção de repúdio por parte da Câmara de Vereadores para que o campeonato não acontecesse. Levou até ao impeachment do prefeito”, relata Murilo.

Quando já está tudo pronto para que o campeonato aconteça, Guilherme conta que a satisfação contagia gestão, atletas e torcedores. “Mesmo com prejuízos ou desafios pelo caminho, acreditamos que os campeonatos são parte da experiência universitária”, explica o estudante. Depois do trabalho duro e um pouquinho de esporte, agora, sim:

É hora da chuva, suor e cerveja.

Cidade (universitária) alerta!

CLARISSE MACEDO E FELIPE VELAMES [TEXTO]
ENZO HOKAMA [ARTE]

– Bom dia, seu Sérgio.

A pauta estava determinada: entender um pouco mais sobre o dia a dia dos porteiros e seguranças da Universidade. A busca por fontes começou logo no início do dia, com um encontro com os trabalhadores matutinos. A missão esbarrou em um primeiro obstáculo: o pedido de anonimato. As histórias eram boas, aceitamos.

Sérgio* é o porteiro da manhã. Mais velho, com sotaque do Sul, paranaense, começou a conversa contando sobre sua rotina.

– Acordo 4h, senão eu perco o ônibus das 4h30, para chegar aqui às 6h e ficar até às 15h.

Ainda no assunto transporte público, o trabalhador complementou sobre os finais de semana, em que o tempo de espera pelos ônibus é maior.

– Ontem mesmo, no sábado, passei pelo ponto e fiquei pensando que aquelas pessoas gastariam pelo menos 45 minutos esperando...

Indagamos sobre a época da greve, se a rotina dele havia mudado de alguma forma – em especial com os piquetes, quando os estudantes dormiam na USP.

– Teve um dia que entrei e tinha um piazinho dormindo no banco. Passei duas horas depois e ele estava na mesma posição. Cheguei perto e consegui ver o peito dele subindo e descendo. Aí fiquei aliviado. Ele só acordou cinco horas depois – contou seu Sérgio:

– Na época dos piquetes, eu fiz muita amizade, mas tinha hora que sentia falta do departamento mais movimentado.

Sérgio nos revelou que também já foi grevista:

– Antes de ser porteiro, eu era metalúrgico. A gente se reunia em greve... os metalúrgicos têm muita força. Os alunos também! Então, a greve não é importante só para vocês, mas para nós, terceirizados, porque se a USP melhora para vocês, melhora para nós.

Que nem aquele ditado: uma andorinha só não faz verão.

O assunto sobre a vida do Sérgio antes de porteiro continuou e ele começou a recordar sua juventude e de seus sonhos:

– Lembrei de quando eu era piazinho – comentou Sérgio. – Eu fui em uma festa e bebi todas. Meu pai naquela época ainda tocava, e eu aproveitei a noite e passei o dia dormindo.

Sérgio contou que seu grande sonho é finalmente entrar na graduação em Direito.

– Já trabalhei de porteiro em um cursinho pré-vestibular. Estudei muito e acho que pela minha nota eu teria ido para a segunda fase de Direito no Mackenzie. Mas nunca mais voltei lá.

Essa entrevista – ou conversa – foi interrompida pelo fim do horário de almoço do porteiro. Se não

fosse por isso, ficaríamos horas escutando as histórias do seu Sérgio.

A interrupção foi a deixa para a busca de novas fontes. Com um “boa tarde” no corredor, encontramos Luan*, porteiro noturno de um dos departamentos da Universidade, Luan tem 30 anos e barba volumosa. O diálogo se iniciou da maneira habitual: ele explicou que entra às 15h, mas que só a partir das 19h começam a chegar estudantes e professores para as aulas noturnas, quando ele os recepciona:

– O dia a dia chega a ser tedioso, porque não tem muito o que fazer.

Deu uma coçada na barba e contou que, durante a greve, sua rotina não foi alterada pelos estudantes, porque ele continuou com suas funções de recepcionar as pessoas que passavam por lá.

Depois, conversamos com Matheus*, que ocupa um cargo diferente:

o jovem de 20 anos, adepto das gírias mesmo no diálogo mais rápido, é segurança noturno.

Por esse motivo, Matheus faz um horário diferente dos outros: das 18h às 6h da manhã. Durante esse período de fluxo reduzido de pessoas, ele consegue passar a madrugada na Universidade e observar coisas que poucos veem:

– Precisamos estar o tempo todo em alerta, até mesmo em finais de semanas em qualquer horário do dia, porque tem os moradores do Crusp e também outros visitantes. Temos que estar aqui para proteger essas pessoas.

Ele também aproveitou para abordar os problemas do transporte público. Agradeceu por possuir um carro, porque os ônibus da madrugada passam com menor frequência – o que é ruim para os trabalhadores –, e voltam só no horário de pico da manhã.

Perguntamos se a USP de madrugada é um universo diferente. Ele disse que a Cidade Universitária à noite é como qualquer outra cidade. O risco da ocorrência de furtos e assaltos, por exemplo, existe tanto quanto em outros lugares.

– Ah, mano... o mais diferente da USP são as festas. Nesses dias, nossa atenção é dobrada. Precisamos ficar atentos para que não ocorra nada grave. Nunca presenciei nenhuma overdose, por exemplo, só pessoas passando mal e as aconselhei ir para casa.

Descobrimos que esse cuidado paternal com os estudantes não é à toa: Matheus tem filhos. Apesar disso, ele comentou que, às vezes, os alunos deixam de cumprimentá-lo porque acham que ele é bravo.

Uma vez encerrada a conversa e com os circulares já cheios pelo horário de pico, percebemos que era hora de ir. Nos despedimos com o tradicional cumprimento:

– Boa noite, Matheus. Bom trabalho!

* Os nomes usados são fictícios por escolha das fontes.

